



6.1. MANUAL DE RISCO DE LIQUIDEZ E CAPITAL

SUMÁRIO

6. Liquidez e Capital	3
6.1. Manual Risco de Liquidez e Capital	3
6.1.1. Introdução	3
6.1.2. Risco de Liquidez	3
6.1.3. Eventual Dissolução	4
6.1.4. Disponibilização de Recursos	4
6.1.5. Limites de Aplicação dos Excedentes de Caixa	5
6.1.6. Registro de Aplicações	5
6.1.7. Impostos	5
6.1.8. Aplicação, Rendimento e Resgates	5
6.1.9. Monitoramento dos Riscos	6
6.1.10. Captação de Recursos Junto ao Sistema Financeiro	6
6.1.11. Monitoramento dos Riscos	6
6.1.12. Capitalização	6
6.1.13. Considerações Finais	8

6. Liquidez e Capital

6.1. Manual Risco de Liquidez e Capital

6.1.1. Introdução

O gerenciamento de risco de liquidez e capital tem como principal objetivo manter o equilíbrio entre os recursos captados pela **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Bombril – COOPERBOMBRIL** e a concessão de crédito aos associados conforme a resolução CMN – Conselho Monetário Nacional n°. 4.606/17, garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de liquidez e deficiências de capital, por meio das boas práticas de gestão de riscos. É considerado que o funding da **COOPERBOMBRIL** é exclusivamente oriundo das contribuições de capitalização por parte de seus associados.

6.1.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez ocorre à inabilidade para satisfazer as exigências de caixa quando necessário, podendo ser caracterizado como uma insuficiência de recursos disponíveis para o cumprimento das obrigações da **COOPERBOMBRIL**, dentre a qual poderia ser a ausência de recursos para atender à necessidade do atendimento à solicitação de empréstimos pelos associados.

A Diretoria Executiva tem como meta assegurar que a **COOPERBOMBRIL** seja capaz de cumprir, integralmente, todos os compromissos contratuais. Os elementos fundamentais para uma sólida administração de liquidez incluem:

- i. Controle efetivos para o sistema de administração de informações;
- ii. Controle central da liquidez;
- iii. Análise das necessidades líquidas de financiamento sob cenário alternativo;
- iv. Diversificação das fontes de financiamento de plano de contingência.

A **COOPERBOMBRIL** aplica o excedente do seu caixa no mercado financeiro, na instituição bancária na qual possui relacionamento, de primeira linha, atualmente, no Banco Santander e Banco Bradesco. As aplicações são em fundos de renda fixa ou em títulos públicos federais considerando o resultado de taxas e a solidez do fundo, analisando semestralmente as lâminas de informações essenciais emitidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e respectivos relatórios disponibilizados em https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg tais como regulamento, composição da carteira, lâmina do fundo e demonstrações contábeis com o parecer do auditor.

Os recursos direcionados para aplicações no entendimento dessa Diretoria Executiva, não são contempladas pela Resolução CMN nº 4.677/18 e portando não serão considerados os limites estabelecidos.

Com relação ao registro das cotas dos Fundos de Investimento na CETIP a Diretoria Executiva entende que a operação já é registrada pelo próprio banco que fez a venda das cotas e, portanto, o registro por parte da cooperativa não é devido.

O acompanhamento dos rendimentos das aplicações é diário, sendo que, em caso de desvalorização de algum fundo de investimento, o gestor deverá agir na tomada das providências com o intuito de mitigar eventuais perdas de rendimento e redirecionar as aplicações.

6.1.3. Eventual Dissolução

Pelo fato da mantenedora disponibilizar o espaço físico para acomodação da sede da cooperativa e conceder a possibilidade para o desconto em folha das parcelas de empréstimos e integralização de capital, denota que não há evidências do interesse no encerramento das atividades da **COOPERBOMBRIIL**. A cooperativa cumpre com o atendimento à filosofia cooperativista (associação de pessoas, mais força e ganho em escala para atingir um benefício em comum), educação financeira, estímulo à poupança e concede crédito com taxas de juros inferiores às praticadas no mercado, além dos benefícios da política de FATES. A Diretoria Executiva deverá acompanhar qualquer movimento contrário à alteração desse quadro, procurando medidas preventivas caso necessário.

Num estresse máximo, considerando uma hipótese remota do encerramento de atividades da **COOPERBOMBRIIL** seja qual for o motivo, ou a dissolução, será utilizado o recurso de devolução parcelada de capital conforme a previsão estatutária e o encontro das contas (empréstimos x capital) de modo a não comprometer o fluxo das atividades da cooperativa.

6.1.4. Disponibilização de Recursos

A Diretoria Executiva da **COOPERBOMBRIIL** atuará com vistas a manter os recursos suficientes para o atendimento das demandas dos pedidos de empréstimos, restituição de capital e resgates de associados desligados e eventuais, além de valor suficiente para pagamento das despesas operacionais e demais compromissos financeiros, preocupando-se com a menor exposição possível a perdas e prejuízos evitando assim desequilíbrios do fluxo de caixa.

6.1.5. Limites de Aplicação dos Excedentes de Caixa

A **COOPERBOMBRIL** aplica o excedente do seu caixa no mercado financeiro, em instituições tradicionais, sólidas e de primeira linha, que atualmente são os Bancos Bradesco e Santander. As aplicações podem ser em:

- i. fundos de renda fixa – curto prazo e com liquidez diária;
- ii. títulos públicos federais – curto prazo e com liquidez diária.

Os limites para aplicação são os estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677/18 que estabelece os limites máximos de exposição por cliente e limite máximo de exposições concentradas. Há a possibilidade de aplicação no mesmo banco, porém em fundos diversificados, que tenham CNPJ's distintos para efeito de cálculo de concentração.

Para as demais aplicações com exposição ao risco de crédito, prevalece o disposto no §1º do art. 19 da Resolução nº CMN 4.677/18 cujo percentual é de 15% do PR – Patrimônio de Referência, desde que, quando superior a 10%, conte com aprovação da Diretoria Executiva, aprovação essa que se dará por meio do registro em ata de reunião daqueles órgãos.

6.1.6. Registro de Aplicações

Com relação ao registro das cotas dos Fundos de Investimento na CETIP, a Diretoria Executiva entende que a operação já é registrada pelo próprio banco que fez a venda das cotas e, portanto, o registro por parte da cooperativa não é necessário, evitando, assim, repassar custos desnecessários aos associados. Cabe ressaltar que, como a **COOPERBOMBRIL** é uma cooperativa de Capital e Empréstimo, classificada como S5, está impedida de investir os recursos dos associados em operações de risco.

6.1.7. Impostos

A **COOPERBOMBRIL** estimulará sempre a condição de titularidade como instituição financeira para beneficiar-se da alíquota zero de retenção na fonte do IR.

Todos os benefícios tributários serão na fonte e deverão obrigatoriamente ter um documento formal protocolado pela instituição não retentora.

Como cooperativa de crédito, os investimentos da **COOPERBOMBRIL** no mercado financeiro são considerados ato cooperativo, portanto, sem qualquer tipo de tributação.

6.1.8. Aplicação, Rendimento e Resgates

A Diretoria Executiva da **COOPERBOMBRIL** providenciará as aplicações e os resgates de acordo com as necessidades da Instituição. Os volumes aplicados serão

acompanhados diariamente para verificação do fluxo de caixa. Os saldos disponíveis nas aplicações, bem como as movimentações, serão apresentados em reunião mensal da Diretoria Executiva e em reuniões do Conselho Fiscal.

Se houver aplicações em fundos com maior exposição a risco, o acompanhamento dos rendimentos das aplicações deverá ser diário, sendo que, em caso de desvalorização de algum fundo de investimento, a Diretoria Executiva deverá agir na tomada das providências com o intuito de mitigar eventuais perdas de rendimento.

6.1.9. Monitoramento dos Riscos

A Diretoria Executiva é responsável pelo acompanhamento dos riscos envolvidos e deve manter o, Conselho Fiscal e Auditorias, devidamente informados sobre a exposição da instituição a cada um dos riscos aqui tratados, bem como propor à Diretoria Executiva, sempre que necessário e em tempo hábil, qualquer ajuste relevante em suas operações para a devida eliminação ou, no mínimo, mitigação dos riscos.

Os riscos são monitorados por meio de ações previstas na política de gerenciamento de riscos - **2.5. Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e Capital.**

6.1.10. Captação de Recursos Junto ao Sistema Financeiro

A **COOPERBOMBRIL** poderá contrair empréstimo no mercado financeiro, a fim de aumentar o seu capital de giro, levando-se sempre em consideração os seguintes critérios mínimos:

- i. real necessidade do empréstimo – motivo;
- ii. taxa de juros e prazo para pagamento;
- iii. o juro a ser pago sobre o empréstimo contraído deverá ser discutido entre a Diretoria Executiva e o gestor da Instituição, procurando-se obter junto ao banco parceiro a melhor opção que possa atender à **COOPERBOMBRIL**, e deve-se rever a taxa de juros praticada pela Instituição junto aos seus associados;
- iv. atentar-se para o limite máximo de endividamento conforme normas do BACEN.

6.1.11. Monitoramento dos Riscos

Os riscos são monitorados por meio de ações previstas na política de gerenciamento de riscos, contidas no grupo **2.5. - Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e Capital.**

6.1.12. Capitalização

- i. **Formação do Capital**

Conforme estatuto social o capital social da **COOPERBOMBRIL** é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados.

No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará à vista, e em moeda corrente, a quantidade mínima de 5 (cinco) quotas-partes (descontadas em folha de pagamento). Para aumento contínuo de capital social, todos os associados subscreverão e integralizarão, mensalmente, no mínimo R\$5,00 (cinco reais) quotas-partes.

Em função do saldo de capital formado desde sua constituição, para os associados que tiverem saldo de capital acima de R\$15.000,00, o valor máximo da capitalização mensal será de R\$ 50,00 a partir de abril/2021, sem precisar de autorização do associado. Nesse caso a cooperativa tomará as ações para enviar o novo valor para desconto em folha.

O capital integralizado por cada associado deve permanecer na cooperativa por prazo que possibilite o desenvolvimento regular da sociedade e o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor.

ii. Remuneração do Capital

O capital de cada associado poderá ser remunerado até o valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais. No final do exercício a Diretoria Executiva irá definir esse percentual que servirá de base como remuneração do capital, sendo levado para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, na prestação de contas.

iii. Resgate Ordinário

A devolução do capital ao associado demitido, eliminado ou excluído poderá ser feita após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento. Se houver liquidez adequada, a Diretoria Executiva poderá liberar os resgates no momento da saída do associado. A Diretoria Executiva será comunicada dos valores a serem liberados via internet banking com as informações dos pagamentos de capital - resgates.

Ocorrendo desligamento de associados em que a devolução do capital possa afetar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, a restituição poderá ser parcelada em prazos que resguardem a continuidade de funcionamento da sociedade, a critério da Diretoria Executiva. Mensalmente são apresentados à Diretoria Executiva índices relativos à liquidez e caso haja redução significativa que vislumbre em riscos de falta de liquidez, serão tomadas as medidas cabíveis para adequação.

Eventuais situações como redução do quadro social da mantenedora que incluam associados da cooperativa, será promovido o encontro da contas (empréstimos x capital), obtendo os resultados efetivos para avaliação dos impactos na liquidez da cooperativa.

Desde que não afete a liquidez no caso de associados falecidos, os herdeiros poderão receber os créditos existentes conforme estabelecido pelo documento do inventário, a vista conforme autorização da Diretoria Executiva. A cópia do comprovante do inventário será utilizada para colher as rubricas da Diretoria Executiva liberando o pagamento ao herdeiro, sendo discutida na próxima reunião e registrando em ata.

iv. Resgate Eventual

O saldo de capital excedente a R\$15.000,00, descontado o saldo devedor do empréstimo caso tenha, poderá ser resgatado, desde que solicitado pelo associado. Para formalizar a solicitação de resgate o associado deverá apresentar os motivos que o levaram a tal requerimento. As solicitações serão examinadas pela Diretoria Executiva, caso a caso. As aprovações poderão ser realizadas desde que não comprometam a estabilidade econômico-financeira da **COOPERBOMBRIL**. Caso Diretoria Executiva defina pelo resgate parcelado o valor mínimo da parcela a ser devolvida será de R\$1.000,00. O associado não poderá possuir inadimplência na cooperativa e haverá um prazo de 24 meses de carência para nova solicitação. Maiores detalhes no item **4.5.11. - Capital Social**.

6.1.13. Considerações Finais

O Manual de Risco de Liquidez e Capital será aprovado e revisado a cada 2 (dois) anos, ou quando houver exigências / alterações dos órgãos normativos pela Diretoria Executiva, da **COOPERBOMBRIL** que deverá assegurar sua divulgação, bem como manter documentação relativa à disposição do Banco Central do Brasil.

Este documento é parte integrante da estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. Estrutura completa no **ANEXO I - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS** destacada no grupo **1. Estrutura**, item: **1.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS**.

Marcus Fraga Rodrigues
Diretor Presidente

João Carlos Dias
Diretor Secretário

Emerson Aparecido Sampaio
Diretor Tesoureiro